

#### ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 1ª VARA DO TRABALHO DE ARAGUARI – MG

#### JUÍZA TITULAR DA VARA DO TRABALHO: TÂNIA MARA GUIMARÃES PENA



Criação: Lei nº 7.729, de 16-1-1989 Data da instalação: 12-5-1989 Data de Implantação do PJ-e: 25-8-2014

Jurisdição: Araguari, Cascalho Rico, Estrela do Sul, Grupiara, Indianópolis e Romaria.

Edital de Correição divulgado no DEJT em 22-4-2019, p. 3/5.



#### ATA DE CORREIÇÃO

Às 8h45min do dia quinze de maio de 2019, o Excelentíssimo Desembargador Dr. Rogério Valle Ferreira, Corregedor do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região deu início à Correição Ordinária na 1ª Vara do Trabalho de Araguari, situada na Avenida Batalhão Mauá, nº 1.326, na forma do artigo 682, XI, da CLT, combinado com o artigo 30, I, do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, sendo recebido pela MM. Juíza do Trabalho Substituta, Dra. Helena Honda Rocha; pelo Secretário da Vara do Trabalho, Sr. Igor de Oliveira Rodrigues; pelos servidores Ana Paula Rocha e Silva, Cícero de Oliveira Lucena Filho, Daniela Coutinho Dutra, Fernanda Rodrigues Camargos, Franqlei Carvalho Sousa, Gislaine Cordeiro da Silva, Igor de Oliveira Rodrigues, João Miguel de Melo e Melo, Juliana da Costa Lopes e Simone Kamimura Nunes; pelos estagiários Laura Aparecida da Cunha Peixoto. Ausente a MM. Juíza do Trabalho Titular da Vara, Dra. Tânia Mara Guimarães Pena, em razão de férias regulamentares;

Iniciada a correição no horário acima registrado, o Excelentíssimo Desembargador Corregedor examinou:

#### 1. REGISTROS CONSTANTES DA SECRETARIA DA VARA

- 1.1. PROTOCOLO DE RECLAMAÇÕES Das informações de distribuição, excluídas as cartas precatórias recebidas, consta o registro de 243 processos eletrônicos, distribuídos neste ano até o dia 13-5-2019, apurando-se a média de 3,28 processos por dia útil.
- 1.2. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS A Vara recebeu 34 cartas precatórias até o dia 13-5-2019, das quais 16 foram devolvidas para os juízos deprecantes, conforme consulta realizada junto aos sistemas da Secretaria.
- 1.3. CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS A Vara expediu 14 cartas precatórias até o dia 13-5-2019, das quais 1 foi devolvida pelos juízos deprecados, conforme consulta efetuada no sistema e-Gestão.
- 1.4. REMESSA DE PROCESSOS AO TRT Existe o registro de 337 autos de processos na Instância Superior, sendo que desses, 130 processos foram remetidos até o dia 13-5-2019.
- 1.5. CARGA PARA O (A) MERITÍSSIMO (A) JUIZ (A) DO TRABALHO Há 14 autos de processos com carga, todos no prazo legal.



- 1.6. CARGA PARA ADVOGADOS Existem 10 autos de processos físicos com carga, das quais 4 vencidas e cobradas.
- 1.7. CARGA PARA PERITOS Não constam autos de processos físicos com carga. Analisando o sistema do PJe, constatou-se que existem 56 processos com perícia designada e 91 processos pendentes de aprovação pela Secretaria da Vara.
- 1.8. MANDADOS EXPEDIDOS Constam 10 mandados expedidos em processos físicos e 348 expedidos no PJe no ano em curso, dentre os quais 1 pendente de cumprimento em processos físicos e 38 mandados pendentes de cumprimento no PJe, no prazo.
- 1.9. REMESSA DE PROCESSOS AO SERVIÇO DE CÁLCULOS JUDICIAIS Há 24 autos de processos com carga para o Serviço de Cálculos Judiciais, todos no prazo.
- 1.10. PROCESSOS ADIADOS SINE DIE Em consulta ao sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se que não há processos sine die, incluindo aqueles constantes da listagem de processos na fase de conhecimento sem audiência marcada.
- 1.11. PROCESSOS EM FASE DE CONHECIMENTO a taxa de congestionamento na fase de conhecimento 1º grau, indicador nº 10 do Plano Estratégico do TRT 3ª Região, foi de 44,95% em 2015, de 37,48% em 2016, de 38,88% em 2017 e de 36,69% em 2018. A Meta estabelecida para este indicador em 2019 é de 39%.
- 1.12. PROCESSOS AGUARDANDO SENTENÇA NA FASE DE CONHECIMENTO -

FASE DE CONHECIMENTO (de 1º-1-2019 até 13-5-2019) (fonte: e-Gestão)

 Indicador Idade média do Pendente de Julgamento (I01): representa o tempo médio que os processos estão pendentes de julgamento.

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Aguardando 1ª Sessão de audiência (item 60)	0
	Aguardando 1ª audiência (item 90060)	53
	Aguardando encerramento da instrução (item 61)	0
	Aguardando encerramento da instrução (item 90061)	55
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 62)	0



Processos com instrução processual encerrada	2
aguardando prolação de sentença (item 90062)	

 Indicador Pendentes (I02): representa a quantidade de processos pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução e os pendentes de liquidação.

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Saldo de processos do item 377 no final do período de referência	3
	Saldo de processos do item 90377 no final do período de referência	191

3) Indicador Taxa de Conclusos com Prazo Vencido (I03): representa a relação entre o total de processos conclusos com o prazo vencido e o total de processos aguardando a prolação de sentença.

FASE	Variável	Forma de apuração	Quantidade de processos
CONHECIMENTO		Saldo de processos do item 393 no final do período de referência	2.170
		Saldo de processos do item 90393 no final do período de referência	
	100 DOMEST DE DE	Saldo de processos do item 62 no final do período de referência	
		Saldo de processos do item 90062 no final do período de referência	100,000

1.13. PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO — Existem 773 processos em fase de execução, assim discriminados:

a) 552 execuções trabalhistas, constantes dos itens 99 e 90099;



- b) não há processos suspensos por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- c) 221 processos arquivados provisoriamente, conforme itens 103, 90103, 327 e 90327.

Os dados foram extraídos do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, de 1º-1-2019 até 13-5-2019.

No ano 2018, até dia 13-5 havia 1.289 processos na fase de execução, assim distribuídos:

- a) 421 execuções trabalhistas, constantes dos itens 99 e 90099;
- b) não há processos suspensos por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- c) 868 processos arquivados provisoriamente, conforme itens 103, 90103, 327 e 90327.

A taxa de congestionamento na fase de execução - 1º grau, indicador nº 14 do Plano Estratégico TRT 3ª Região, foi de 75,67% em 2016, de 68,91% em 2017 e de 64,28% em 2018. A Meta estabelecida para este indicador em 2019 é de 59%.

- **1.14. PROCESSOS INCIDENTAIS À FASE DE EXECUÇÃO:** de acordo com o sistema e-Gestão, dados de 13-5-2019, existem 5 processos, conforme se apurou dos itens 117, 90117, 124, 90124, 131, 90131, 144, 90144, 150, 90150, 156, 90156, 162, 90162, 168 e 90168.
- 2. PROCESSOS EXAMINADOS Foram examinados, conforme discriminação a seguir, por amostragem, autos de processos em tramitação e arquivados na Vara do Trabalho quanto à observância do ordenamento jurídico, o cumprimento dos atos, despachos, ordens e recomendações do colendo Tribunal Superior do Trabalho, da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, da Direção do Tribunal e da Corregedoria Regional.

Na pauta do dia 15-5-2019 havia 13 processos:

- a) procedimento sumaríssimo: 4 processos;
- b) procedimento ordinário: 4 processos;
- c) instrução: 3 processos;
- d) tentativa de conciliação na fase de execução: 2 processos.

Foram examinados os autos dos processos 0010185/19, 0010230/19, 0010235/19, 0010237/19, 0010161/19, 0010233/19, 0010234/19, 0010236/19, 0010071/19 e 0010113/19.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se:

- 0010185/19: determinação de citação por mandado, quando da não comprovação da notificação postal, contrariando a Portaria Conjunta GP/GCR 323, de 5/7/2016, que estabelece o serviço de correspondência Carta Comercial Simples, como modalidade única e obrigatória para a remessa de todas as comunicações judiciais e administrativas no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.



2.1. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS; PROCESSOS ADIADOS SINE DIE; PROCESSOS SOLUCIONADOS MEDIANTE CONCILIAÇÃO; PROCESSOS JULGADOS; PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO e PROCESSOS ARQUIVADOS.

Exame dos autos dos processos 0010231/19, 0010220/19, 0010204/19, 0010189/19, 0010188/19, 0010751/18, 0010128/19, 0010061/19, 0010023/19, 0010133/19, 0010206/19, 0010205/19, 0010141/19, 0010200/19, 0010197/19, 0010139/19, 0010187/19, 0010144/19, 0010193/19, 0010149/19, 0010137/19, 0010190/19, 0010209/19, 0011130/17, 0010200/17, 0010635/18, 0010125/19, 0010016/19, 0010124/19, 0010057/19, 0010060/19, 0010162/19, 0010081/19, 0010130/19, 0010067/19, 0010256/14, 0010246/18, 0010957/17, 0011015/16, 0010329/17, 0010664/17, 0010386/17, 0010804/17, 0010097/18, 0010301/18, 0011088/17, 0010375/17, 0010064/17, 0011034/15, 0010005/19, 0010102/19, 0010053/19, 0010052/19, 0010181/19, 0010068/19, 0010024/19, 0010030/19, 0010040/19, 0010115/19, 0010154/19, 0010424/18, 0010382/18, 0010399/17, 0010833/17, 0010817/17, 0010410/18, 0010277/18, 0010565/18, 0010566/18, 0010678/17.

#### RESULTADO – examinados os autos, constatou-se:

- 0010102/19: processo sujeito ao procedimento sumaríssimo com designação da audiência com prazo superior a 15 dias;
- 0010751/18: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria despacho Id add4326 (mais de 30 dias);
- 0010053/19: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria despacho Id 60f64c3 (mais de 20 dias);
- 0010246/18: excesso de prazo para elaboração dos cálculos Id 92e0cc6 (mais de 30 dias);
- 0010957/17: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria despacho Id 60e6243 (mais de 10 dias);
- 0011015/16: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria despacho Id 495d8e7 (mais de 10 dias);
- 0010386/17: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria despacho Id
   9414705 (mais de 60 dias);
- 0010097/18: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria despacho Id 1dfc62b (mais de 20 dias) e excesso de prazo para julgamento dos Embargos à Execução – Id d9ae9cf (Dra. Tânia Mara Guimarães);
- 0010301/18: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria despacho Id 9fd75f8 (mais de 10 dias);



- 0010005/19: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id
 7736e98 (mais de 10 dias).

Recomenda-se aos MM. juízes que profiram sentenças na forma da Recomendação N. 4/GCGJT, de 26 de setembro de 2018 referente aos "Procedimentos relacionados à prolação de sentenças e acórdãos líquidos", divulgada por meio do Oficio Circular N. CR/45/2018, de 1º de outubro de 2018.

- 2.2. INQUÉRITO JUDICIAL PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE DE EMPREGADO ESTÁVEL Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que não há, até a presente data, inquérito judicial em tramitação.
- 2.3. AÇÃO CIVIL PÚBLICA Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 3 ações civis públicas em tramitação.
- 2.4. AÇÃO CIVIL COLETIVA Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 1 ação civil coletiva em tramitação.

#### 3. PRAZO MÉDIO DA PAUTA E DISPONIBILIDADE DA PAUTA –

Prazos médios da pauta/dias corridos

	2017	2018	2019
Procedimento sumaríssimo	30	26	12
Procedimento Ordinário	54	31	17
Instrução processo físico	1.157	1.615	
Instrução processo eletrônico	110	171	88

Apuração conforme dados extraidos do sistema e-Gestão.

Disponibilidade de Pauta

Disponionium de l'ama				
	2017	2018	2019	
Procedimento sumaríssimo	13	14	29/05/2019 - 10 dias úteis	
Procedimento Ordinário	28	15	29/05/2019 - 10 dias úteis	
Instrução	79	29	11/06/2019 - 19 dias úteis	

PRAZOS MÉDIOS (de 1º-1-2019 até 13-5-2019).

 Indicador Prazo Médio na Fase de conhecimento (I04): representa o prazo médio entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença (em dias corridos) na fase de conhecimento. (fonte: e-Gestão)



	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corri- dos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação da sentença – procedimento sumaríssimo (item 271)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação da sentença – procedimento sumaríssimo (item 90271)	140	39,86
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação da sentença - exceto rito sumaríssimo (item 272)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação da sentença - exceto rito sumaríssimo (item 90272)	118	158,33

 Indicador Prazo Médio na Fase de Liquidação (I05): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de execução.
 (fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corri- dos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos – procedimento sumaríssimo (item 359)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos – procedimento sumaríssimo (item 90359)	13	58
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos – exceto procedimento sumaríssimo (item 371)		2.781
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos – exceto procedimento sumaríssimo (item 90371)	39	254,43

 Indicador Prazo Médio Fase de Execução (I06): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de execução.
 (fonte: e-Gestão)

Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corri-
	dos)

Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – procedimento sumaríssimo - ente privado (item 275)	374	2.775,48
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução - ente privado (item 90275)	83	278,56
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 277)	18	3.067,83
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 90277)	18	127,38

No ano 2018, apurou-se que, em 224 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	Ano-2018	Média/dia útil
Julgados procedentes		0.0
	45	0,2
Julgados procedentes em parte	374	1,67
Julgados improcedentes	93	0,41
Extintos com resolução de mérito	0	0
Outras decisões com resolução de mérito	0	0
Total com exame de mérito	512	2,28
Extintos sem resolução de mérito	45	0,2
Arquivamento	21	0,09
Desistência	25	0,11
Outras decisões sem exame de mérito	9	0,04
Total sem exame de mérito	100	0,44
Decisões de conhecimento	612	2,73



Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	400.000	507.55258
y,	132	0,58
Decisões na fase de execução	48	0,21
Total	792	3,53

#### 4. AUDIÊNCIAS E DESPACHOS – Em abril de 2019, com 19 dias úteis, realizaram-se:

Audiências	Número de Audiências/ Mês	Média/dia útil
Conciliação em conhecimento	5	0,26
Conciliação em execução	24	1,26
Encerramento de instrução Os encerramentos de instrução não são somados	0	0
Inicial	22	1,15
Inicial (rito sumaríssimo)	0	0
Inquirição de testemunha (juízo deprecado)	1	0,05
Instrução	27	1,42
Instrução (rito sumaríssimo)	0	0
Una	38	2
Una (rito sumaríssimo)	0	0
Total	117	6,15

No mês de abril de 2019, segundo dados do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, foram proferidas 24 sentenças de conhecimento, conforme apurado nos itens 40/43 e 46; 90040/90043 e 90046, 12 decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração, conforme itens 115 e 90115. Foram conciliados 35 processos, conforme se verificou dos itens 39 e 90039.



Constatou o Excelentíssimo Desembargador Corregedor, mediante informação do Secretário da Vara do Trabalho, que, na Unidade, as audiências são realizadas de terça-feira a quinta-feira, a partir das 8h30min. O intervalo entre as audiências é de 15 minutos para as de procedimento sumaríssimo, 15 minutos para as de procedimento ordinário e de 30 minutos para as instruções.

Em atendimento ao artigo 19, II da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, declara a magistrada que comparece nesta unidade organizacional de terça-feira a quinta-feira e que mantém afixado na Secretaria da Vara as datas em que presta atendimento, bem assim aquelas em que se encontra fora da sede do juízo, mas no exercício de suas respectivas funções.

Declara a magistrada, quanto à residência, que cumpre a disposição contida no artigo 30, inciso IV, "c", do Regimento Interno do TRT da 3ª Região e os termos das Instruções Normativas Conjuntas nº 1, de 13-11-2014 e nº 6, de 13-8-2015 e que mantém o cadastro atualizado na Secretaria-Geral da Presidência.

De acordo com o Secretário da Vara do Trabalho, na Unidade, são exarados, em média, 330 despachos por semana.

AUXÍLIO FIXO: Recomenda a Corregedoria Regional que, atuando outro (a) magistrado (a) na Vara, seja observado o disposto no artigo 330 do Provimento Geral Consolidado nº 3/2015, do TRT da 3ª Região, que determina que "nas Varas do Trabalho que contarem com Juiz Auxiliar é vedado o comparecimento semanal alternado entre Magistrados".

### 5. PRODUÇÃO –

Movimentação Anual de Processos				
	2017	2018		
Processos recebidos	1.196	716		
Média por dia útil	5,33	3,19		
Processos remanescentes do ano anterior	424	400		
Sentenças anuladas	4	6		
Total de processos para solução	1.624	1.122		
Processos solucionados	1.283	1.094		
Processos conciliados	694	482		
Produção	79,00%	97,50%		

Analisando os dados supra, verificou-se uma diminuição de 40,13% em relação ao número de processos recebidos no ano 2017. Quanto à produção, verificou-se que em 2018 houve um aumento de 18,5%.

**5.1. Índice Nacional de Gestão de Desempenho (IGEST)** – instituído no âmbito do TRT da 3º Região por meio da Resolução Conjunta GP/GCR/GVCR N. 104, de 18 de dezembro de 2018, o Índice Nacional de Gestão de Desempenho (IGEST), que substitui o MGD, é um



indicador que foi desenvolvido pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho do CSJT com o objetivo de contribuir para o aprimoramento da gestão das varas do trabalho de todo o País e busca auxiliar na melhoria da efetividade da prestação jurisdicional combinada à força de trabalho disponível e se alinha às Metas nacionais e ao Plano Estratégico do TRT da 3ª Região. Ao mesmo tempo, possibilita a vara orientar melhor sua atuação, tornando-se um instrumento eficaz de gestão.

#### MESOINDICADOR PRODUTIVIDADE: (de 1º-1-2019 até 13-5-2019)

 Indicador Taxa de Conciliação (I07): representa a relação entre a quantidade de processos solucionados por conciliação e o total de processos solucionados.

Conciliações	Soma dos processos dos itens 39 e 90039	
Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90071, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	272

 Indicador Taxa de Solução (I08): representa a relação entre o total de processos solucionados e o total de processos recebidos por distribuição, redistribuição e que retornaram para novo julgamento.

Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	272
Recebidos	Soma dos processos dos itens 26, 90026, 27, 90027, 29, 90029, 30, 90030, 31, 90031, 32 e 90032	254

 Indicador Taxa de Execução (I13): representa a relação entre o total de execuções encerradas pelo total de execuções iniciadas.

Execuções iniciadas	Soma dos processos dos itens 329 e 90329	92
Execuções encerradas	Soma dos processos dos itens 93 e 90093	614

MESOINDICADOR CONGESTIONAMENTO: (de 1º-1-2019 até 13-5-2019)



 Indicador Taxa de Congestionamento no Conhecimento (I09): representa o volume de trabalho atualmente represado em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de conhecimento.

CORREGEDORIA

	Saldo de processos dos itens 377 e 90377 no final do período de referência	194
Baixados na Fase de Conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	283

 Indicador Taxa de Congestionamento na Execução (I10): representa o volume de trabalho atualmente represado em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de execução.

Pendentes de baixa na Fase de Execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	670
Baixados na Fase de Execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	366

#### MESOINDICADOR FORÇA DE TRABALHO: (de 1º-1-2019 até 13-5-2019)

 Indicador Produtividade por Servidor (I11): representa o total de processos baixados nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Baixados na fase de conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	283
Baixados na fase de execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	366
Servidores em atividade	Contagem dos servidores dos itens 2035, 2045, 2053, 2061 e 2412	10

 Indicador Pendentes por Servidor (I12): representa total de pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Pendentes na fase conhecimento	Saldo de processos dos itens 337 e 90337 no final do	194
	período de referência	



Pendentes de baixa na fase de execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	670
Servidores em atividade	Contagem dos servidores nos itens 2035, 2045, 2053, 2061 e 2412	10

	Araguari - 01 Vara		
Indicadores / Período de referência		Ano 2018 01/01/2018 a 31/12/2018	1° trim 2019 01/04/2018 a 31/03/2019
	I01 - Idade Média do pendente de julgamento (em anos)	0,19	0,31
	I02 - Pendentes	1.242	993
	I03 - Taxa de conclusos com o prazo vencido (%)	0,00	0,00
	I04 - Prazo médio no conhecimento (em dias)	172,14	161,05
Indi-	I05 - Prazo médio na liquidação (em dias)	283,80	272,96
	I06 - Prazo médio na execução (em dias)	1.768,60	2.145,70
cadores	I07 - Taxa de conciliação (%)	44,06	45,56
	I08 - Taxa de solução (%)	151,52	148,06
	I13 - Taxa de execução (%)	91,03	208,27
	I09 - Taxa de congestio- namento no conhecimento (%)	20,49	16,51
	I10 - Taxa de congestio- namento na execução (%)	72,24	55,40
	II1 - Produtividade por servidor	125,50	156,70
	I12 - Pendentes por servidor	115,60	92,20
Meso	Acervo	0,15	0,13
	Celeridade	0,46	0,48

	Produtividade	0,41	0,29	
	Congestionamento processual	0,47	0,32	
	Força de trabalho	0,51	0,41	
Macro	IGEST	0,3998	0,3277	
Posição IGEST		52	13	
Movimentação processual		1001 a 1500	1001 a 1500	

#### 6. ARRECADAÇÃO -

Contribuição Previdenciária	Imposto de Renda
R\$1.188.432,08	R\$38.430,73

- 7. PORTARIAS De acordo com o Secretário da Vara do Trabalho, encontram-se em vigor as Portarias 1/2015, que dispõe sobre o Secretário da Vara do Trabalho, a proibição de atendimento processual às partes assistidas por advogado, advogados e terceiros interessados, por meio de telefone e a 1/2016, que trata da realização de audiências de tentativa de conciliação.
- 8. BACEN JUD, INFOJUD, RENAJUD e SIMBA Durante a correição, constatou-se que a Unidade emprega o BACEN JUD, o INFOJUD e RENAJUD, com o intuito de localizar bens passíveis de penhora, bem como o SIMBA e a aplicação subsidiária dos arts. 772 a 777 do CPC, para a requisição de informações sobre movimentações bancárias. Detectou, ainda, que não havia ordem de bloqueio do BACEN JUD pendente na Vara do Trabalho.
- 9. DA SECRETARIA Concluída a Correição, de acordo com os critérios acima especificados, o Excelentíssimo Desembargador Corregedor examinou 80 autos de processos, sendo que em 8 foram encontrados excessos de prazo, aspectos que deverão ser regularizados.

Registra-se que durante os trabalhos de correição, foi observada a Resolução Conjunta GP/CR N. 58 de 13 de outubro de 2016 e suas posteriores alterações.

### 10. RECOMENDAÇÕES:

### 10.1. RECOMENDAÇÕES GERAIS:



As recomendações gerais foram entregues ao Secretário da Vara nesta data.

#### 10.2: RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS:

A Corregedoria Regional recomenda que seja (m):

- observado pela Secretaria o prazo de 5 dias, conforme artigo 228 do CPC;
- 2) os embargos/impugnações na fase de execução julgados no prazo do artigo 885 da CLT;
- observada a Portaria Conjunta GP/GCR N. 21, de 22 de janeiro de 2019, que estabelece as hipóteses para a modalidade Carta Comercial com Aviso de Recebimento.

A Corregedoria Regional reitera a necessidade de que sejam observadas as recomendações acima, o que será aferido na próxima correição ou extraordinariamente.

#### 10.3. RECOMENDAÇÕES CONSTANTES NA ATA DE CORREIÇÃO DO ANO 2018:

A Corregedoria Regional verificou que não foram observadas as seguintes recomendações, formuladas naquela oportunidade:

- observada a Portaria Conjunta GP/GCR 323, de 5/7/2016, que estabelece o serviço de correspondência Carta Comercial Simples, como modalidade única e obrigatória para a remessa de todas as comunicações judiciais e administrativas no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região;
- 2) observado pela Secretaria o prazo de 5 dias, conforme artigo 228 do CPC;

A Corregedoria Regional reitera a observância das recomendações acima.

#### 11. Gestão Estratégica

As metas nacionais e os indicadores do Plano Plurianual 2015/2020 do TRT3 devem ser monitorados para que se possa acompanhar e analisar os resultados institucionais, e a atividade correicional apoia esta iniciativa:

Meta 1 CNJ/Meta 6 CSJT: Índice de Processos Julgados (IPJ) - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente;

Em 2018, quando a Meta era "julgar pelo menos 92% da quantidade dos processos de conhecimento distribuídos no período" esta unidade organizacional atingiu o percentual de 151,34% de cumprimento da Meta, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional no 1º grau foi de 140,18%.



No ano 2019, até o dia 31-3-2019, o percentual alcançado foi de 104,17% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 110,90%.

Meta 2 CNJ/Meta 7 CSJT: Índice de Processos Antigos (IPA) - Identificar e julgar até 31/12/2019, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2017, nos 1° e 2° graus.

Em 2018, quando a Meta era "identificar e julgar, até 31-12-2018, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31-12-2016, no 1º grau", esta unidade organizacional atingiu o percentual de 109,50%, do valor da meta estipulado para o ano de 2018, tendo alcançado este, portanto cumprindo a Meta, sendo que o resultado deste Regional no 1º grau foi de 103,47%.

No ano 2019, até o dia 31-3-2019, o percentual alcançado foi de 107,61% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 81,66%.

Meta 3 CNJ / Meta 9 CSJT: Índice de Conciliação – Fase de Conhecimento (ICONc) - Manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2016/2017;

Em 2018, quando a Meta era "aumentar o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014, em 6 pontos percentuais, até 2020 (2pp)", esta unidade organizacional atingiu o percentual de 89,68% de cumprimento da Meta, não tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 84,01%.

No ano 2019, até o dia 31-3-2019, o percentual alcançado foi de 59,88% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 43,50%.

Meta 5 CNJ / Meta 11 CSJT: Índice de Execução (IE) - Baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente.

Em 2018, quando a Meta era "baixar pelo menos 92% do total de casos novos de execução no período", esta unidade organizacional atingiu o percentual de 34,30%, do valor da meta estipulado para o ano de 2018, não tendo alcançado este, portanto não cumprindo a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 115%.

No ano 2019, até o dia 31-3-2019, o percentual alcançado foi de 265% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 103,71%.

Meta 6 CNJ / Meta 8 CSJT: Índice de Ações Coletivas Julgadas (IACJ) - Identificar e julgar, até 31-12-2019, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no 1º grau.

Em 2018, quando a Meta era "identificar e julgar, até 31-12-2018, 98% das ações coletivas distribuídas até 31-12-2015 no 1º grau", esta unidade organizacional atingiu o percentual de 102,04% do valor da meta estipulado para o ano de 2018, tendo cumprido a Meta, sendo que para ao atingimento da meta era necessário que o valor fosse maior ou igual a 100% sendo que o resultado deste Regional no 97,69%.



No ano 2019, até o dia 31-3-2019, o percentual alcançado foi de 102,04% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 91,8%.

Meta 5 CSJT: Tempo médio de duração do processo - Fase de Conhecimento (TMDP1c): Reduzir o prazo médio, em relação ao ano base 2017.

Em 2018, quando a Meta era "reduzir o prazo médio em relação ao ano base 2016, em 5% até 2020 (2%)", o tempo médio de duração do processo desta unidade organizacional foi de 172,14 dias, sendo que o resultado deste Regional foi de 217 dias. Observa-se que a meta em 2018 era de 147 dias. Assim, o percentual cumprimento da Meta foi de 117,10%, não tendo cumprido a Meta, sendo que, neste item, diferentemente dos demais, o percentual abaixo de 100% é a referência para o atingimento da referida Meta. O resultado deste Regional foi de 147,64%.

No ano 2019, até o dia 31-3-2019, o tempo médio alcançado foi de 111,94 dias, sendo o resultado deste Regional para o mesmo período de 232,74 dias.

- 12. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL Enfatiza a Corregedoria Regional a importância da observância da Política Nacional de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho constante do Ato Conjunto CSJT.TST.GP nº 24/14 e as orientações da Seção de Gestão Socioambiental deste Regional.
- 13. DAS ATIVIDADES E CONDIÇÕES DE SEGURANÇA Conforme o artigo 12, parágrafo 3°, da Resolução Conjunta n° 4, de 28-2-2014, do Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional do Ministério Públiço e no artigo 9° da Resolução n° 176, de 10-6-2013, do Conselho Nacional de Justiça, bem como nas normas que dispõem sobre segurança oriundas do Tribunal Regional, a Corregedoria Regional determina que sejam cumpridas as determinações do Ato Regulamentar Conjunto nº 1, de 15-9-2008 (ARGCJ 1/2008) e da Resolução GP nº 7, de 3-10-2013.
- 14. OBSERVAÇÕES FINAIS A Corregedoria Regional recomenda que a Secretaria da Vara aprimore a qualidade dos seus serviços, visando ao elevado cumprimento da sua missão institucional que, conforme o Plano Estratégico do TRT da 3ª Região é "Solucionar conflitos decorrentes das relações de trabalho de forma efetiva e célere, contribuindo para a harmonia social".

Enfatiza que a qualidade da prestação jurisdicional possibilita o alcance da visão de futuro do TRT da 3ª Região em "ser reconhecido na sociedade pela prestação da tutela jurisdicional dos direitos sociais de qualidade, célere e efetiva e pela excelência dos processos de gestão", segundo consta no Planejamento Estratégico do TRT da 3ª Região.

Ressalta, ainda, a Corregedoria Regional o caráter pedagógico da correição, assim como a importância da transparência dos dados estatísticos da Secretaria da Vara, proporcionadores do autoconhecimento e de um seguro diagnóstico da Instituição, cujo interior precisa ser



exposto para si própria, bem como para a sociedade, destinatária última dos serviços judiciais prestados, tudo conforme foi solene e enfaticamente propugnado pelo CNJ.

Registra-se que o Excelentíssimo Desembargador Corregedor não recebeu reclamação de advogados ou partes quanto aos serviços prestados pelo juízo da Vara do Trabalho.

A Correição Ordinária é encerrada às 10h30min do dia quinze de maio de 2019, em sessão pública, anteredida de pregão, do que, para constar, eu, Mozart Secundino de Oliveira Júnior , Secretário da Corregedoria, lavrei a presente ata, impressa em frente e verso, a qual, depois de lida e achada conforme, vai assinada pelo Excelentíssimo Desembargador Corregedor, pela MM. Juíza do Trabalho Substituta e pelo Secretário da Vara do Trabalho. A equipe da Corregedoria Regional, que auxiliou o Excelentíssimo Desembargador Corregedor, além do Sr. Secretário da Corregedoria acima nominado, foi composta pelos servidores Flávio Mário Fonseca e Jânio Júlio Fernandes.

Rogério Valle Ferreira

Desembargador Corregedor do TRT/3 Região

Helena Honda Rocha Juíza do Trabalho Substituta

Secretario da Vara do Trabalho